



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0010338-33.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Hilda Valls Francisco**
 Requerido: **Itau Unibanco Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que há tempos emitiu um cheque que, por um descuido, não foi compensado por falta de fundos.

Alegou ainda que para regularizar essa situação obteve o cheque e em contato com o gerente de sua conta ele, após receber a cártula e realizar o procedimento adequado, lhe disse que tudo estava resolvido.

Todavia, em março p.p. veio a saber que estava inscrita perante o SCPC com anotação de que emitira cheque sem fundos, o que se referia ao título antes mencionado, cuja situação persistiu ao longo do tempo inalterada por responsabilidade exclusiva do réu.

Almeja à exclusão dessa negativação e ao recebimento de indenização por danos morais que sofreu.

O réu em contestação negou que o cheque em apreço lhe tivesse sido entregue pela autora, acrescentando que apenas em abril p.p. ela solicitou a exclusão do apontamento/CCF de forma regular.

Como se vê, a questão principal que se coloca a debate consiste em saber houve ou não a entrega do cheque da autora ao réu quando ele foi devolvido por falta de fundos para que sua situação fosse resolvida.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Reputo que o ônus da prova a respeito é da autora, seja porque o assunto é eminentemente fático e não contempla a regra do art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC, seja porque não seria exigível ao réu que fizesse prova de fato negativo.

Incide à hipótese a previsão do art. 333, inc. I, do Código de Processo Civil.

Assentada tal premissa, a autora em seguro depoimento pessoal confirmou o relato contido na petição inicial.

Aliou-se a isso o depoimento da testemunha Zilá da Penha Gonçalves Rodrigues, a qual em linhas gerais confirmou a explicação da autora.

Asseverou que ela lhe disse ter tido um problema com um cheque sem fundos e que a viu conversando a propósito com o gerente de uma agência, o qual recebeu o título resgatado e afirmou à autora pouco depois que “a situação estava resolvida”.

Mesmo que se admita que a solicitação formal por parte da autora sobre o assunto foi realizada somente em 15 de abril de 2013 (fl. 17), nada indica que a mesma permitisse que durante quase dois anos permanecesse inserida junto aos órgãos de proteção ao crédito em decorrência de cheque de baixo valor.

Os documentos de fls. 33 e 35 atestam a ausência de outras anotações semelhantes, sendo certo que os fatos trazidos à colação vieram à tona apenas em março de 2013 porque outro cheque foi emitido (cf. fls. 24/25).

Assim, não sendo crível que a inércia da autora fosse injustificada por tão longo espaço de tempo, conclui-se que a versão exordial dá sentido aos fatos, até mesmo porque nada faz supor que descrição tão fantasiosa tivesse sido forjada com o objetivo de se alcançar vantagem econômica.

Ela, portanto, haverá de ser reconhecida como verdadeira e daí deriva a certeza de que a autora sofreu danos morais provocados pelo réu, na esteira de pacífica jurisprudência:

“Consoante jurisprudência firmada nesta Corte, o dano moral decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela autora, que permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito ao ressarcimento” (REsp 679.166/MT, Rel. Min. **JORGE SCARTEZZINI**).

“Em se tratando de cobrança indevida, de rigor o reconhecimento de que a inscrição do nome do apelante no rol dos inadimplentes foi também indevida, daí decorrendo o dano moral por ele reclamado, passível de indenização. É entendimento pacífico do Colendo Superior Tribunal de Justiça que nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes o dano moral configura-se in re ipsa, prescindindo de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica” (AgRg no REsp 860.704/DF,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Rel, Min. **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**).

No mesmo sentido: REsp. 110.091-MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JÚNIOR**; Resp. nº 196.824, Rel. **CÉSAR ASFOR ROCHA**; REsp. 323.356-SC, Rel. **ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**).

O valor da indenização, porém, não haverá de ser o proclamado pela autora, que se afigura excessivo.

À míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica dos litigantes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização pelos danos morais suportados pela autora em seis mil reais.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Torno definitiva a decisão de fl. 27.

Caso o réu não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 07 de outubro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA